A EMIGRAÇÃO NO DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO (AÇORES). BREVE ANÁLISE COM BASE NOS REGISTOS DE PASSAPORTES DO TERCEIRO QUARTEL DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX

Susana Serpa Silva

Introdução

Apesar da historiografia contemporânea açoriana contar já com alguns e relevantes trabalhos sobre emigração – fenómeno intrínseco à realidade do arquipélago desde tempos ancestrais – contudo, não são muito numerosos os estudos baseados no levantamento e análise dos registos de passaportes. No tocante ao que se passou nos séculos XIX e XX, a primazia vai para a consulta dos relatórios dos Governadores Civis e das Juntas Gerais, dos Censos e Estatísticas publicadas, da imprensa ou até de relatos de cronistas e de viajantes.

O saudoso Artur Boavida Madeira terá sido dos primeiros historiadores da Universidade dos Açores a recorrer aos registos de passaportes na sua investigação sobre os fluxos emigratórios insulares entre 1766 e 1820, ou seja, num período aproximado ao da vigência da Capitania Geral[1]. Porém, de resto, são poucos aqueles que os utilizam até porque este tipo de fonte encerra as suas especificidades, carecendo de metodologias de tratamento próprias e que os meios informáticos hodiernos ajudam a optimizar.

A consulta e escalpelização dos registos é assaz morosa, obrigando a um minucioso trabalho de recolha e análise de dados. Porém, no caso do arquipélago dos Açores, o maior problema reside no facto de as fontes estarem dispersas por diferentes ilhas, nos diversos Arquivos públicos, cujos acervos nem sempre estão completos, enfermando mesmo de lacunas, quer pelo desaparecimento ou perda dos respectivos livros, quer até por falhas verificadas nos próprios registos. Por vezes, existem grandes lapsos de tempo que estão a descoberto, impedindo um conhecimento sistemático do número de passaportes atribuído, bem como dos seus titulares ou requisitantes, dos seus dados pessoais, pontos de origem e destinos. Já o fizemos notar a propósito

[1] MADEIRA, 1999.

dos distritos de Ponta Delgada e Horta[2], como o faremos notar agora, no tocante ao distrito de Angra do Heroísmo.

Além disso, estamos cientes de que a análise destas fontes, ainda que muito importante, corresponde apenas a uma parcela do fenómeno e não à sua totalidade, porque a emigração ilegal ou clandestina era igual ou superior à que seguia pelas vias oficiais, especialmente nas ilhas mais pequenas e periféricas em relação aos centros do poder e decisão. Como refere Maria Isabel João, "muitos emigrantes açorianos não se sujeitavam às formalidades e dificuldades da requisição de passaporte nos governos civis, demasiado inacessíveis para muitos ilhéus"[3]. Inacessíveis, de facto, do ponto de vista geográfico, mas também cultural e económico.

O pequeno e parcial contributo que nos propomos dar relativamente ao estudo da emigração no distrito de Angra do Heroísmo –, formado pelas ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge –, nos períodos balizados entre 1850 a 1874 e 1917 a 1920, partiu da análise, por método de amostragem, de registos já digitalizados e disponibilizados on-line que nos foram gentilmente dados a conhecer pelo Director da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo[4], Dr. Marcolino Candeias Lopes, a quem dirigimos os nossos agradecimentos. Embora esses registos abranjam um período que, *grosso modo*, vai de 1832 a 1920, enfermam contudo de muitas falhas e lacunas para as quais, de momento, não encontramos explicação. É possível que os livros existam, mas ainda não tenham sido tratados e disponibilizados em base de dados, embora também alguns deles se possam ter perdido. A falta de informações para alguns anos ou décadas, especialmente entre 1881 e 1916, mitigou e limitou a nossa pesquisa que, então assumimos, se aproxima muito mais de uma estimativa do que de uma abordagem total e conclusiva.

Por outro lado, não obstante os lapsos, atendendo ao volume imenso de dados ainda assim apresentados, recorremos, como referimos, a uma amostra que corresponde aos primeiros cinco anos das décadas de 1850, 1860 e 1870, bem como aos anos de 1917 a 1920, de forma a podermos descortinar, em estudo comparativo, a existência de eventuais diferenças entre os fluxos emigratórios saídos do distrito de Angra no terceiro quartel do século XIX e nos inícios do século XX. O objectivo desta comunicação é apenas o de dar a conhecer, entre outros dados, o número de passaportes emitidos, o montante de requisitantes, os seus estados civis, médias de idades, naturalidades e, sobretudo, os destinos escolhidos, de modo a contribuir –, de forma aproximada e não em termos absolutos –, para o estudo do fenómeno emigratório nas ilhas do distrito de Angra do Heroísmo.

---

[2] SILVA, 2009: 381-400; SILVA, 2010.
[3] JOÃO, 1991: 183.
[4] Ver www.bparah.pt/Fontes%20Emigração/passaportes.htm.

1. A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (1850-1874)

Abandonada a emigração de matriz colonial, controlada pela Coroa, e uma vez consolidado o regime liberal em Portugal, a partir dos anos de 1930 do século XIX, criaram-se as condições para que os fluxos migratórios resultassem da livre e espontânea vontade das populações. Das ilhas açorianas rumou-se em direcção à nova nação livre e independente – o Brasil – que, além das suas riquezas e produções, continuava a partilhar com a terra de origem dos embarcados a língua, a religião e os costumes[5].

Apesar das diferenças que se podem detectar entre os grupos ou as várias ilhas dos Açores no tocante ao rumo escolhido por aqueles que partiam, podemos afirmar que, no cômputo geral, até às décadas de 70 e 80 de Oitocentos, o *El Dorado* brasileiro predominou como território de acolhimento, embora em ilhas como o Faial, o Pico ou até S. Miguel, os EUA e o Havai tenham constituído destinos de considerável afluência já durante esse período.

Assim, como refere Artur Madeira, "obedecendo a estratégias de ordem individual ou familiar, emigrava-se, então, oficialmente pelos três centros – Angra, Horta e Ponta Delgada"[6] – ou de forma subreptícia à revelia das autoridades. Atentemos, pois, ao êxodo verificado no distrito de Angra do Heroísmo, segundo os dados que conseguimos compulsar.

Sabendo que os registos a que tivemos acesso começam em Março de 1850 e terminam em Julho de 1920, sem uma sequência completa, só no período que vai de 1850 a 1880 – como se comprova no quadro n.º 1 – foram atribuídos pelo Governo Civil de Angra 10 979 passaportes. Nos anos de 1917 a 1920, o conjunto foi de 2 551 documentos. Somando os dois períodos, obtivemos um total de 13 530 passaportes, índice bastante revelador do pendor emigratório destas populações se atendermos, como veremos, o quanto era diminuta a percentagem dos requisitantes que viajavam a negócios ou por lazer.

[5] RILEY, 2003: 147, 150.
[6] MADEIRA, 2004: 296.

Quadro n.º 1
Número de passaportes atribuídos no distrito de Angra do Heroísmo
(1850-1880 e 1917-1920)

Anos	Passaportes
1850	152
1851	136
1852	70
1853	106
1854	319
1855	560
1856	406
1857	366
1858	370
1859	200
1860	352
1861	171
1862	381
1863	202
1864	193
1865	386
1866	335
1867	266
1868	321
1869	329
1870	338
1871	434
1872	508
1873	796
1874	656
1875	489
1876	246
1877	622
1878	366
1879	281
1880	622
Sub-total	**10 979**
1917	484
1918	9
1919	622
1920	1 436
Sub-total	**2 551**
Total	**13 530**

Como também se pode verificar no quadro n.º 1, a tendência geral é para o gradual aumento do número de passaportes por cada ano (salvo algumas excepções), destacando-se a década de 1870 e o ano de 1880 em que se registaram os valores mais elevados. Não se pode descurar quanto às causas do crescimento dos fluxos emigratórios, as explicações relacionadas com as graves crises de subsistências que assolavam as ilhas, a ruína dos vinhedos que, a partir de 1853, afectou particularmente este distrito, acrescida, na década de 1870, pelo declínio da economia da laranja que, além da ilha de S. Miguel, atingiu também a ilha Terceira.

Com base em dados avançados por Artur Madeira em 2004, entre 1866 e 1880 a média anual de saídas de emigrantes açorianos rondava os 2 000 indivíduos, quantitativo este que ascendeu a cerca de 3 700 entre 1880 e 1890[7]. Sendo assim, se nos ativermos aos valores do quadro n.º 1 e mesmo sabendo que a um passaporte podia corresponder mais do que uma pessoa, podemos considerar que a emigração saída do distrito de Angra oscilaria, em média, entre os 15 e os 30% do total do êxodo oficial insular. De resto, o mesmo historiador concluiu, para o último quinquénio oitocentista, que segundo as estatísticas das autoridades de Angra este distrito seria responsável por "cerca de 30% da emigração oficial açoriana"[8].

Já no século XX, ainda que em 1917 se verifiquem 484 requisições de passaporte, não surpreende a drástica retracção verificada em 1918 se nos ativermos ao envolvimento de Portugal na Primeira Guerra Mundial, a partir de Março de 1916. Os Açores – pela sua posição geo-estratégica – seriam igualmente afectados, sobretudo a partir do Verão de 1917 e a conjuntura, no geral, não se afigurava favorável à emigração. A partir do restabelecimento da paz, a emigração volta a subir avassaladoramente nos anos de 1919 e 1920, ainda que, como veremos, tomando como horizonte um rumo diferente.

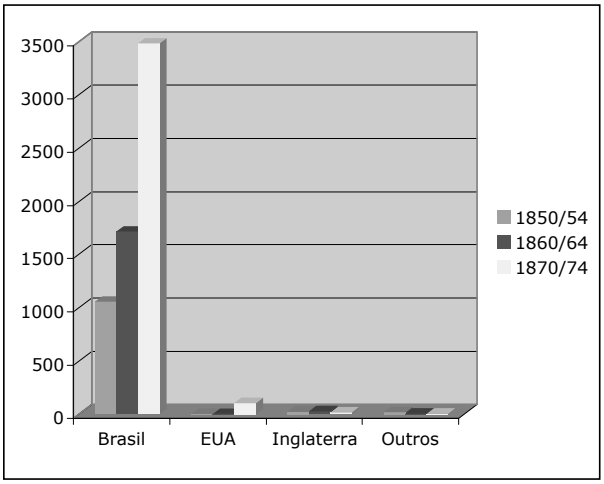
Nas décadas de 1850, 1860 e 1870 o destino preferencial dos requisitantes de passaporte no distrito de Angra, era, sem sombra de dúvida, o Brasil.

Quadro n.º 2
Destinos dos portadores de passaporte (1850-1874)

Anos	Brasil	EUA	Inglaterra	Outros	Total
1850-1854	1 056	3	25	19	1 103
1860-1864	1 718	4	28	5	1 755
1870-1874	3 481	105	16	6	3 608
Total	**6 255**	**112**	**69**	**30**	**6 466**

[7] MADEIRA, 2004: 297.
[8] MADEIRA, 2004: 297.

Gráfico n.º 1
Destinos dos portadores de passaporte (1850-1874)



De um total de 6 466 portadores de passaporte, 6 255 partiram para o Brasil, ou seja, 96,7%, perfazendo uma linha sempre ascendente. Como podemos notar pela leitura do gráfico n.º 1, os valores relativos aos EUA, Inglaterra e outros países (como a França, a Espanha, a Bélgica, o Paraguai ou a região ultramarina de Angola) são quase insignificantes.

Dentro do território brasileiro, os emigrantes saídos do distrito de Angra do Heroísmo elegiam o Rio de Janeiro como porto preferencial de chegada. Muitos partiriam para outras regiões ou localidades do país, mas muitos também fixariam residência nesta cidade. Não sabemos ao certo. A certeza que temos é de que nos primeiros cinco anos da década de 1850, por exemplo, mais de 85% dos registos apontavam como ponto de desembarque a cidade do Rio de Janeiro. Os restantes apenas referem Brasil e somente um indica Pernambuco. No mesmo período da década de 1860, deparamos com a mesma situação: cerca de 90% têm a indicação de Rio de Janeiro. Apenas quatro registos apontam a Baía e os demais somente Brasil. Em igual lapso de tempo dos anos 1870, podemos afirmar que cerca de 95% rumava ao Rio de Janeiro. De resto, cinco foram para o Rio Grande do Sul, 17 para a Baía, oito para o Ceará, 13 para o Pará e um para Pernambuco, numa precisão de registos que talvez se deva ao maior rigor do escrivão.

Entre aqueles que iam com destino a outras paragens, como a Inglaterra, por exemplo, contavam-se, sobretudo, negociantes de origem judaica que se fixaram na ilha Terceira, bem como alguns (muito poucos) casais britânicos que viveriam nas ilhas ou então as visitavam. Por vezes, muito raramente, surgem membros de tripulações que regressavam ao seu país de origem (ex: França) ou então jovens cavalheiros

da elite social local que iriam, possivelmente, em viagem de recreio e instrução até à Europa.

Estas explicações remetem-nos, então, para a questão da naturalidade dos portadores de passaporte do distrito no período em estudo.

Quadro n.º 3
Naturalidade dos portadores de passaporte (1850-1874)

Anos	Terceira	Graciosa	São Jorge	Outras ilhas	Continente	Madeira e Ultramar	Estrangeiro
1850-1854	863	32	36	52	73	4	31
1860-1864	1 508	69	39	81	21	4	23
1870-1874	3 149	104	128	157	39	2	21
Total	**5 520**	**205**	**203**	**290**	**133**	**10**	**75**

Nota: Sem indicação, 30 titulares de passaportes.

Como se constata pelo quadro n.º 3, a grande fatia do contingente da emigração saída por Angra era natural da ilha Terceira (85,4%), ou seja, daquela onde se situava a única cidade das três ilhas e, logo, o Governo Civil. Em segundo lugar, se juntarmos as duas ilhas de S. Jorge e Graciosa, o volume ascende a 408 pessoas que correspondem, apenas, a 6,3%. Mas, destas ilhas, certamente, partiriam muitos outros emigrantes, de forma clandestina, a coberto do isolamento e da falta de fiscalização das autoridades. No total, os portadores de passaporte naturais do distrito de Angra perfaziam 91,7% dos registados. Em terceiro lugar estão então os oriundos de outras ilhas do arquipélago, com 290 registos, sendo maioritariamente do Pico e de S. Miguel, surgindo, de vez em quando, alguns faialenses e florentinos. Apenas nos anos 1850 encontramos um indivíduo natural de Santa Maria.

Originários da ilha da Madeira somente surgiram seis pessoas e as restantes quatro diziam-se de Moçambique ou de Angola. Entre os designados como continentais, muitos limitavam-se a dar-se como "portugueses", mas outros eram mais específicos: contamos três oriundos de Braga, dois de Viseu, 10 do Porto, sete de Lisboa e apenas um, respectivamente, de Chaves, Guimarães, Coimbra, Amarante, Lamego, Vila do Rei, Celorico da Beira, Loulé e Almada.

Entre os estrangeiros, como já referimos anteriormente, contavam-se hebreus ou naturais de Marrocos e Argel, alguns ingleses e franceses, poucos italianos e espanhóis, um norte-americano e pelo menos 21 brasileiros, possivelmente, emigrantes já naturalizados.

Sabendo, então, que 96,7% dos detentores de passaporte rumavam ao Brasil, podemos afirmar que a esmagadora maioria eram emigrantes que buscavam uma vida melhor neste território, obedecendo ainda a um modelo de emigração próprio do

século XIX português, maioritariamente masculino e, por isso, imbuído de ideais de retorno, como já comprovou Miriam Halpern Pereira.

Quadro n.º 4
Requisitantes ou portadores de passaporte, por género (1850-1874)

Anos	Masculino	Feminino	Total
1850-1854	734	379	1 113
1860-1864	1 038	715	1 753
1870-1874	2 345	1 255	3 600
Total	**4 117**	**2 349**	**6 466**

Gráfico n.º 2
Requisitantes ou portadores de passaporte, por género (1850-1874)

A leitura do quadro n.º 4 e do gráfico n.º 2 permite-nos verificar que a mobilidade populacional do distrito de Angra – à semelhança dos outros distritos do arquipélago – era essencialmente masculina, dado que partia quase o dobro de homens em relação às mulheres. Não obstante, se os índices de emigração masculina foram de sentido ascendente, o mesmo sucedeu com o êxodo feminino cujos valores não podem, de modo algum, ser descurados. Além disso, note-se que se nos anos 1860 e 1870 os registos são mais rigorosos e sistemáticos, descriminando todos os elementos integrados no mesmo passaporte, nos anos 1850 ainda se apontavam, vagamente, os acompanhantes do requerente, assinalando, apenas, mulher e filhos ou outro parente. Ora, esta particularidade não só faz avolumar ainda mais o número de saídas, como acresce, para aquele período (anos 1860 e 1870), o número de mulheres emigrantes.

Entre 1850 e 1854 contabilizamos, à parte, 113 esposas e 235 filhos, dos quais muitos eram meninas ou adolescentes do sexo feminino. Além destes, seguiam outros parentes, como por exemplo: 32 irmãos, 15 sobrinhos, 15 primos e 8 cunhados, para além, é claro, de uma dúzia e meia de criados.

Se o volume de emigrantes, por género, é bastante diferenciado, no tocante aos estados civis, a tendência é semelhante.

Quadro n.º 5
Titulares por estado civil consoante o género (1850-1874)

Masculino

Anos	Solteiros	Casados	Viúvos	Sem indicação	Total
1850-1854	482	225	16	11	734
1860-1864	743	265	20	10	1 038
1870-1874	1 478	821	33	13	2 345
Total	**2 703**	**1 311**	**69**	**34**	**4 117**

Feminino

Anos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Sem indicação	Total
1850-1854	162	101	22	94	379
1860-1864	482	172	41	20	715
1870-1874	766	398	49	42	1 255
Total	**1 410**	**671**	**112**	**156**	**2 349**

Como comprovam os dados do quadro n.º 5, o número de jovens solteiros era muito superior ao de homens casados e o mesmo fenómeno também acontecia com o género feminino[9]. De facto, tal como no distrito de Ponta Delgada, em épocas mais recuadas, muitos jovens solteiros partiam sozinhos – alguns deles fugindo aos rigores do recrutamento e serviço militar. Todavia, o elevado número de rapazes e também de raparigas solteiras, quando comparado ao de casados, dever-se-ia também ao facto de serem os filhos das numerosas proles que acompanhavam alguns casais ou homens e mulheres viúvas que partiam em busca de melhor sorte.

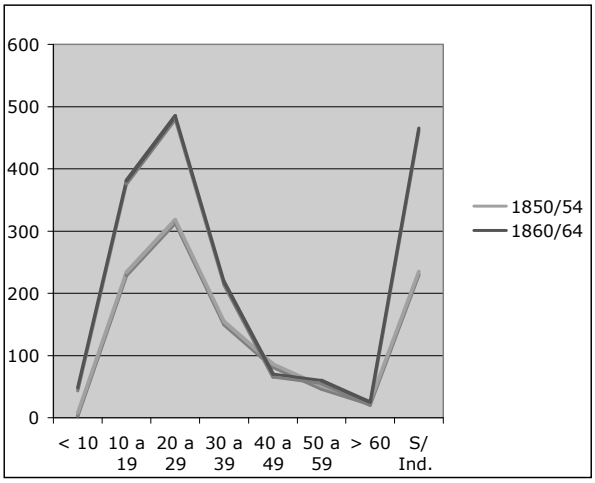
Quanto à relação homens casados/mulheres casadas, podemos concluir que estas são sensivelmente metade deles o que significará que apenas cerca de 50% de esposas acompanhava os seus maridos ou então partiam, mais tarde, ao seu encontro.

No cômputo geral, e na sequência da tendência verificada com os estados civis, pode-se comprovar pelo gráfico n.º 3 que também no distrito de Angra (como nos

[9] Também nos finais do século XIX, a maioria dos emigrantes saídos por Angra do Heroísmo era solteira (62%). Ver MADEIRA, 2004: 302.

demais do arquipélago) a emigração favorecia a sangria de gente jovem, ou seja, de população activa o que, em alguns períodos, suscitava grande apreensão por parte das autoridades e de alguma opinião publicada. Se as populações reclamavam facilidades quanto ao direito à emigração, esgrimindo o argumento das dificuldades económicas, alguns governantes locais temiam a eventual escassez de mão-de-obra e diversa imprensa ventilava os perigos da exploração dos colonos que, em vez de contribuírem para a riqueza da sua terra, iam promover a riqueza de territórios estrangeiros. Por meados da centúria, quando ainda era promissora a "economia da laranja", que recrutava muito trabalho braçal, a emigração para o Brasil era tida por muito desvantajosa. Mas, em épocas de maior crise e até de desemprego, avultavam as vozes que defendiam o fenómeno emigratório como um acto livre e regulador das próprias relações entre a sociedade e a economia[10]. Ainda assim, não restam dúvidas de que as ilhas perdiam muita da sua população jovem.

Gráfico n.º 3
Médias de idades dos titulares dos passaportes (1850-1874)



No gráfico n.º 3 estão apenas representadas as médias de idades dos primeiros anos das décadas de 1850 e 1860, porque a partir de 1864 a indicação das mesmas torna-se assaz irregular. Nos anos de 1870 as lacunas são sucessivas, levando a que o número dos que não tem indicação de idade seja tão elevado que retire o significado aos demais. Como se pode anotar, os montantes mais elevados concentram-se, por ordem decrescente, nas faixas dos 20 aos 29 anos, dos 10 aos 19 e ainda dos 30 aos

[10] CORDEIRO, SILVA, 2010: 337-338.

39. O mais novo emigrante que encontramos contava três meses de idade e o mais velho somava 77 anos de vida.

Sendo certo que não encontramos quaisquer dados sobre o grau de instrução dos requerentes de passaporte e que a indicação das profissões era muito rara, acentuando-se um pouco mais na década de 1870 em diante – ainda que de forma pouco representativa – podemos afirmar que, como no geral do arquipélago, a maioria dos titulares de passaporte em Angra do Heroísmo era de condição social baixa. Chegamos mesmo a deparar com a indicação de que José do Couto de Barcelos e José Mendes de Sousa eram, ambos, indigentes e conseguimos contabilizar pelo menos 6 expostos e 4 expostas.

No entanto, emigravam para o Brasil alguns padres (no ano 1860 verificamos os sacerdotes Manuel Francisco de Aguiar Valadão e José da Avé Maria entre os titulares) e algumas senhoras distintas pelo uso da expressão Dona, como: D. Florinda Paim de Meneses e sua filha D. Belmira Paim de Meneses, D. Francisca Augusta de Sousa da Silva, D. Ana de Sampaio da Silva Carvalho, D. Maria do Nascimento Alemão, D. Isabel Carlota de Almeida e Canto, entre outras. Aliás, a variedade de sobrenomes e de apelidos era imensa, retratando famílias de origens humildes, mas outras de tradição menos modesta.

Quadro n.º 6
Sobrenomes mais frequentes, por ordem alfabética

A	Aguiar Areia ou Areias Ávila Azevedo	G	Gaspar Godinho Gonçalves Goulart	N	Nunes	T	Teixeira Toste
B	Barcelos Bettencourt Borba Borges Brasil Brum	H	Homem	O	Oliveira Ormonde	U	
C	Coelho Corvelo Cota Costa	I		P	Pacheco Paim Pamplona Parreira Pereira Pinheiro Pires	V	Valadão Vaz Vieira
D	Dias	J		Q		X	

(Continuação do Quadro n.º 6)

E	Espínola	L	Lima Lourenço	R	Ribeiro Rocha Romeiro Rosa	Z	
F	Fagundes Ferreira Fonseca	M	Machado Marques Martins Melo Mendes Mendonça Meneses Moules	S	Santos Silva Silveira Soares Sousa		

Quadro n.º 7
Outros sobrenomes que surgem mais de uma vez (por ordem alfabética)

A	Alemão Almada Almeida Alvernaz Alves Amaral Amorim Andrade Arruda Ascensão Avelar Azera	G	Galego Gamboa Garcia Garrão Gentil Gil Gomes Gouveia Gravito Gregório	N	Neto Nogueira Noronha	T	Tavares Terra Toledo Tristão
B	Baptista Barbosa Barros Belo Berbereia Bertão Bezerra Boaverges Brito Bruges	H	Hermogens Horta	O	Ornelas Ourique	U	

(Continuação do Quadro n.º 7)

C	Caetano Caldeira Campos Candeias Canto Capim Cardoso Carmo Carreiro Carvalho Castro Cavaco Chaves Codorniz Cordeiro Correia Couto Cunha	I		P	Paixão Pastor Picanço Pimentel Pedreira Pedro Pedroso Plácido	V	Vasconcelos Veiga Velho Veloso Ventura Viveiros
D	Dinis Drumond Duarte Dutra	J	Jordão	Q	Quadros Quaresma	X	Xavier
E	Enes Esteves	L	Laranjo Lázaro Leal Lemos Leonardo Linhares Lobão Loureiro Louro Lucas Luís	R	Raimundo Ramos Rebelo Rego Reis Resende Rodrigues Roque	Z	
F	Fabrício Faleiro Faria Fernandes Ferraz Fialho Fonte Fortuna Franco Freitas Fraga Frois Frutuoso	M	Maciel Maduro Magalhães Matos Meireles Miranda Moniz Morais Mota Moura	S	Sá Salé Sampaio Santiago Sequeira Serpa Simas Simões		

Se através dos quadros anteriores podemos notar a grande diversidade de sobrenomes, alguns deles de proveniência elitista, outros de origem mais remota ou mais usuais em determinadas ilhas (por exemplo, Cota, Goulart, Ávila, Valadão, Espínola, Toledo, Bruges são mais comuns nas ilhas do grupo central); o uso de alcunhas também era uma realidade, aliás, muito peculiar entre o mundo popular insular dos séculos XIX e XX. Estes nomes personalizados e mais fáceis de memorizar resultavam da aplicação de múltiplos critérios, entre eles, o lugar de naturalidade do indivíduo, a sua profissão, as suas características físicas ou psicológicas, e, até por vezes, vícios e costumes a que eram dados. No conjunto de nomes recolhidos encontramos as seguintes alcunhas: Abril, Arengas, Balieiro, Belerique, Cabeça, Canhoto, Capote, Carauta, Chamusca, Compasso, Evangelho, Garraz, Gato, Governo, Guardanapo, Inverno, Mancebo, Pêssego, Pimpão, Quartilho, Ribeira Seca, Trovão e Vivas.

Apenas na amostra da década de 1870, conforme já mencionamos, conseguimos apurar alguns dados quanto às profissões dos emigrantes, que no quadro seguinte se enumeram.

Quadro n.º 8
Profissões indicadas nos registos de requerentes de passaporte com destino ao Brasil (1870-1874)

Profissão	N.º de vezes indicada
Artista	1
Barbeiro	1
Caixeiro	7
Carpinteiro	3
Carpinteiro de Carros	1
Cirurgião	1
Cocheiro	1
Costureira	1
Criada	3
Curtidor	1
Estudante	4
Florista	1
Jardineiro	1
Jornaleiro	1
Lavrador	2
Marítimo	5
Negociante	3
Ourives	1
Padeiro	3
Padre	2
Pedreiro	4

(Continuação do Quadro nº 8)

Profissão	**N.º de vezes indicada**
Professor de Instrução Primária	1
Proprietário	3
Sapateiro	3
Trabalhador	59
Vive de sua agência	1

Se o destacado número de trabalhadores, associado ao de marítimos, carpinteiros, pedreiros e outros artífices atesta, por dedução, a origem popular de muitos emigrantes, o registo de negociantes, caixeiros, proprietários e até de um cirurgião e de um professor primário revelam a existência de elementos da burguesia, inerentes, pois, a uma classe média que começou a destacar-se na segunda metade do século XIX. Todavia, se por motivos económicos, sociais ou judiciais algumas gentes letradas e urbanas se viam compelidas a partir, a prevalência dos mais desfavorecidos persiste, como igualmente sucedia nos demais distritos do arquipélago. Se nas ilhas mais ocidentais o êxodo de marítimos, associados à pesca da baleia, era mais significativo, nas ilhas mais populosas, como S. Miguel e Terceira, o êxodo dos homens da terra (camponeses e trabalhadores) era bem maior, pois "a concentração fundiária da propriedade e[ra] um importante factor de pressão social"[11], acrescido das calamidades e dos maus anos agrícolas. Daí a procura das plantações do café e do açúcar tanto no Brasil, como no Havai.

Finalmente, outra informação interessante que ressalta da consulta dos registos de passaportes, neste período do terceiro quartel do século XIX, é a indicação das embarcações onde partiam os emigrantes para terras de Vera Cruz.

Quadro n.º 9
Embarcações indicadas nos registos de passaportes (1857-1863)

Anos	**Nome da embarcação**	**N.º de vezes indicada**
1857	Galera brasileira *Açoriana*	1
	Patacho português *Costa da Praia*	1
	Galera brasileira *Palmira*	1
	Barca portuguesa *Novo Rival*	1
1858	Brigue português *Jovem Artur*	2
	Brigue português *Guilherme*	1
	Galera portuguesa *Nova Rival*	1
1859	Galera portuguesa *Nova Rival*	1
	Patacho português *Esperança*	1

[11] RILEY, 2003: 148-149.

(Continuação do Quadro n.º 9)

Anos	Nome da embarcação	N.º de vezes indicada
1860	Brigue português *Jovem Artur*	2
	Galera portuguesa *Nova Rival*	1
	Patacho português *Esperança*	1
1861	Barca *Conceição*	1
	Patacho português *Esperança*	1
	Brigue português *Jovem Artur*	1
1862	Patacho português *Esperança*	2
	Barca portuguesa *Conceição*	2
	Patacho *Terceirense*	2
	Patacho português *Angrense*	1
1863	Patacho português *Esperança*	1
	Patacho *Terceirense*	1

Nos anos indicados partiam autênticas levas de emigrantes nestes navios que, por mais de uma vez, no mesmo ano, tocavam o porto de Angra do Heroísmo para recolha de passageiros. Não obstante, possivelmente algumas destas e, de certo, muitas outras embarcações participavam do tráfico ilegal, recolhendo emigrantes durante a noite e ultrapassando, com grave atropelo das condições de higiene e conforto, a sua lotação máxima.

2. A emigração no distrito de Angra do Heroísmo (1917-1920)

Ainda que de forma breve e parcelar, a abordagem destes anos do século XX representa apenas um pretexto para comprovar a mudança de rumo da emigração oriunda de Angra. Se o Brasil foi, durante mais de uma centúria o ponto de confluência dos contingentes de emigrantes deste distrito e dos demais dos Açores, nos anos 90 do século XIX foi-se impondo uma viragem que resultou no aumento do êxodo para os EUA. O afastamento em relação ao Brasil não foi abrupto e repentino. Já nos anos de 1880 tivera início o ciclo havaiano e, portanto, foi de forma gradual que os EUA se foram impondo, até suplantarem o território brasileiro[12].

Se no distrito da Horta, o constante assédio das baleeiras norte-americanas terá constituído um forte incentivo a essa mudança de rumo, – que se inicou, aliás, mais cedo – no de Angra do Heroísmo desconhecemos as razões concretas que motivaram essa alteração. Afigura-se-nos, porém, que a descoberta das minas da Califórnia, por meados da centúria, terá constituído um motivo de grande ponderação, a avaliar pelo papel desempenhado pelo ouro californiano na edificação da arquitectura do Ramo Grande, na ilha Terceira.

[12] MENDONÇA, ÁVILA, 2002: 165.

De qualquer forma, nos inícios do século XX, a tendência estava consumada e como referiu Raúl Brandão, em 1924: "Se a América abrisse largamente as portas, os Açores despovoavam-se"[13]. De facto, desde a última década de Oitocentos que se avolumavam as cartas de chamada dos parentes que estavam nos EUA (o novo *El Dorado*), cujo progresso económico e material constituía um forte apelo à imigração açoriana. Pelo contrário, neste período, o Brasil enfrentou grandes dificuldades, desde logo, com a crise do café que ensombrou as expectativas dos forasteiros e restringiu as remessas dos emigrantes. Além disso, nos finais da centúria, o território brasileiro tornou-se menos aliciante para os portugueses pelo facto de esta comunidade ter começado a perder a sua preponderância em actividades como o comércio, devido à concorrência de outros povos europeus que por lá se fixaram[14].

A crescente admiração pela América e pelos bens americanos infiltrou-se irreversivelmente entre os açorianos, fazendo inclusive aumentar as carreiras de navios a vapor entre o arquipélago e a América do Norte. Para Sacuntala de Miranda, este incremento da emigração açoriana para os EUA motivará, em parte, a persistência dos portugueses nortenhos a procurarem o Brasil, até meados do século XX[15], pois de acordo com Artur Madeira a emigração de açorianos chegou, de facto, a assumir em determinados momentos contornos ímpares no contexto nacional, rivalizando mesmo com outros distritos ou regiões[16].

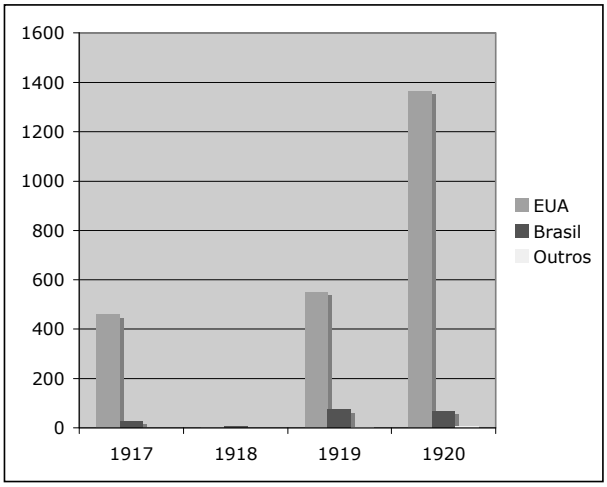
Na viragem de Oitocentos para Novecentos, os contornos da emigração a partir da ilha Terceira modificaram-se substancialmente[17], desde logo pelo rumo preferencial dos emigrantes. Se em 1897 e 1898 a escolha dos EUA equiparava-se à do Brasil, de 1899 em diante os EUA acabaram mesmo por ultrapassar em larga escala o antigo destino. Vejamos o que se passou entre 1917 e 1920 no que concerne à atribuição de passaportes.

Quadro n.º 10
Destino apontado em cada passaporte nos anos de 1917 a 1920 (12 de Janeiro de 1917 a 9 de Julho de 1920)

Anos	EUA	Brasil	Outros	Total
1917	458	26	-	484
1918	3	6	-	9
1919	547	73	2	622
1920	1 372	59	5	1 436
Total	**2 380**	**164**	**7**	**2 551**

[13] Raúl Brandão cit. por JOÃO, 1991: 190.
[14] MENDONÇA, ÁVILA, 2002: 168-169.
[15] MIRANDA, 1999.
[16] MADEIRA, 2004: 296.
[17] MADEIRA, 2004: 301 e ss.

Gráfico n.º 4
Destino apontado em cada passaporte nos anos de 1917 a 1920 (12 de Janeiro de 1917 a 9 de Julho de 1920)



O quadro n.º 10 e o gráfico n.º 4 demonstram como nos finais da segunda década do século XX – mesmo antes da chamada era das restricções à emigração que teve início em 1921[18] – avultava a emigração para a América do Norte, e neste caso, com a primazia do estado da Califórnia. No conjunto destes anos a que tivemos acesso, apenas 6,8% de emigrantes partiu com destino a território brasileiro, sendo ainda o Rio de Janeiro a principal porta de entrada. Em 1917, por exemplo, dos 26 indivíduos contabilizados, 19 seguiram para o Rio e em 1920, dos 59 emigrantes com destino ao território sul americano, 54 dirigiram-se ao Rio de Janeiro, dois à Baía e três simplesmente ao Brasil, quando em 1919 encontramos apenas três com a indicação de Santos.

Conclusões

Então, considerando a clara preferência pelos EUA, quem continuava a escolher o Brasil como país de acolhimento? Ou melhor, quem continua a requerer passaporte com destino ao Brasil? Em termos muito genéricos e com base no quadro n.º 11, podemos dizer que:

- as tendências verificadas no passado continuavam a persistir, já que procuravam o Brasil homens e mulheres solteiras, mas também agregados familiares, por

[18] MENDONÇA, ÁVILA, 2002: 213 e ss.

vezes com mais de uma geração e entre os quais se denotam esposas ou filhos já brasileiros, indiciando possíveis visitas temporárias às ilhas de origem ou processos de retorno que não resultaram;

- exceptuando dois micaelenses, três picoenses, um florentino, cinco espanholas, um continental e sete brasileiros, todos os demais titulares eram naturais da ilha Terceira, notando-se, por vezes, a mesma localidade de proveniência. Embora sem laços de parentesco, as amizades e a vizinhança poderiam influenciar a escolha do destino;
- por fim, ainda que muitos portadores de passaporte não tenham a indicação da profissão, continuam a sobressair os trabalhadores manuais, mas também alguns proprietários que podem ser um sinal de autênticos processos de "vai e vem" entre o Brasil e as ilhas.

Quadro n.º 11
Emigrantes do distrito de Angra com destino ao Brasil (Janeiro de 1917 a Julho de 1920)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1917	Francisco Pedro Toste	C	42	Lavrador	Terceira	José Pedro Toste e Faustina Cândida	Emília, 9 anos Francisco, 6 anos
	Emília Cândida Toste		33	Doméstica	Rio de Janeiro	José de Sousa Tomé e Mª Cândida Borges	
1917	Maria Teodora Paim	V	67	-	Terceira	Francisco de Sousa Martins e Teodora Francisca	António Paim da Câmara, 22 anos
1917	Manuel Rebelo Mendes	S	34	-	Terceira	António José Rebelo e Mª de Sto. António Mendes	-
1917	Manuel Mendes	S	32	-	Terceira	António Augusto Mendes e Francisca de Aguiar Fagundes	-
1917	Jesuína Augusta Alves	S	32	-	Terceira	José Coelho Alves e Mª Rosa Augusta	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturali-dade	Filiação	Filhos
1917	Manuel Machado Bertão	C	36	Proprietário	Terceira	Manuel Machado Bertão e Rosa Cândida	Rosa, 13 anos; Mª de Jesus, 8; Albertina, 5; João, 3 anos; Dalila, 17 meses (os três primei-ros naturais do Rio e os mais novos do Rami-nho)
	Etelvina da Conceição Bertão		32	-		António Machado dos Santos e Mª Cândida Mendes	
1917	António Homem de Meneses	S	37	-	Terceira	José Homem de Meneses e Maria Júlia	-
1917	Guilhermina Garcia	S	26	-	Terceira	Joaquim Borges Garcia ou Joa-quim Borges de Barcelos Romeiro e Mª Cãndida	-
1917	José Ferreira da Rocha	S	42	-	Terceira	Teodoro Ferreira da Fonseca e Mª do Carmo	-
1917	Clementina de Jesus	S	36	-	Rio de Janeiro	José André e Rosa de Jesus	-
1917	José Nunes Vieira	S	7	-	Rio de Janeiro	José Nunes Vieira e Rosa Augusta Vieira	-
1917	António Gonçalves Fantasia	C	46	-	Terceira	António Gonçal-ves Fantasia e Catarina Vitorina	José, 5 anos; Iria, 19 meses
	Maria dos Santos		38			José Martins de Borba e Faustina Cândida	
1917	Francisco do Couto Mota	C	55	Proprietário	S. Miguel	António do Couto Mota e Francisca de Jesus	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1918	Camilo Gonçalves Ferreira	C	30	Negociante	Terceira	José Machado da Costa e Mª José Pires	Cristina, 7 meses
	Palmira de Lourdes Rebelo Ferreira		20	-		Francisco José Rebelo e Rosa de Jesus Mendes	
1918	Maria da Luz Ávila	V	38	-	Terceira	Francisco Pereira de Sousa e Mariana Inácia	Rosa, 12 anos; José, 9
1919	João Lourenço do Rego	S	62	Proprietário	Terceira	José Lourenço do Rego e Maria José	-
1919	Rosa de Jesus Lourenço	C	54	-	Terceira	José Lourenço do Rego e Maria José	Pedro, 14 anos
1919	José Ferreira Ormonde	C	71	Proprietário	Terceira	José Ferreira Ormonde e Sebastiana Vitória	-
	Antónia da Conceição		64	-	Lajes do Pico	Manuel Pereira Domingos e Catarina da Conceição	
1919	Antónia Correia de Ávila	C	50	-	Barcelona	Jayme Surana Tora e D. Josefa Surano Torá	Marta, 29 anos; Horácia, 15; Clélia, 11
1919	Maria Luísa	S	6	-	Barcelona	José Graelles Daniel e Marta Correia Daniel	-
1919	Manuel Alves Correia	C	40	-	Terceira	José Alves Correia e Sofia Gertrudes Cândida	Ezequiel, 2 anos; Nair, 5 meses
	Maria da Rocha Alves		38			Manuel Machado da Rocha e Rosa Emília	
1919	Maria do Rosário Augusta	V	57	-	Terceira	Agostinho Machado Mendes e Mariana Delfina	Margarida, 15 anos; Gertrudes, 12; Mª Augusta, 6
1919	António Claudino	V	72	-	Freixo de Espada à Cinta	Francisco Sandim e Mª Jerónima	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1919	Beatriz de Jesus Mendonça	V	68	-	Terceira	José Martins Galego e Joaquina de Jesus	Delfina de Jesus, 36 anos; Mª da Conceição, 33
1919	Manuel Vieira da Mota	V	38	-	Terceira	Manuel Vieira e Maria da Conceição	Mª da Luz, 12 anos; José, 7; Manuel, 5 (todos do Rio)
1919	Palmira Amélia da Silva	C	52	-	Terceira	Francisco Lourenço e D. Mariana Augusta	-
1919	Maria das Mercês Ferreira	S	19	-	Terceira	José Joaquim Ferreira e D. Maria Augusta Ferreira	-
1919	João Nunes da Costa	S	18	-	Terceira	João Nunes da Costa e Mariana Adelaide Vieira	-
1919	Manuel Homem da Silveira	S	26	-	Pico	António Homem da Silveira e Rosa Jacinta da Silveira	-
1919	João Toste de Freitas	C	35	-	Terceira	Francisco Toste de Freitas e Francisca Cândida	João; Cândida; Ermelinda
	Guilhermina Cândida de Freitas		24			João Ferreira Machado e Guilhermina de Jesus	
1919	João Machado Faria	S	24	-	Terceira	José Machado de Faria e Maria Custódia	-
1919	Manuel Machado Vieira	C	58	-	Terceira	Cláudio Machado e Francisca Luísa	-
1919	António Botelho dos Santos	S	20	Trabalhador	Terceira	António Botelho e Elvira Augusta	-
1919	José Machado Neto	S	39	-	Terceira	José Machado Neto e Mariana Ludovina	-
1919	Palmira Augusta	S	17	-	Terceira	João Vaz Toste e Mª Guilhermina	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1919	Maria Cândida Ferreira	V	54	-	Rio de Janeiro	João Martins de Borba ou da Rocha e Ana Cândida Paim	-
1919	Pedro Pancrácio Valadão	S	27	Proprietário	Terceira	Manuel Pancrácio Valadão e D. Mª Jacinta Pimentel	-
1919	Álvaro Pedro Simões	C	32	Comerciante	Terceira	António Pedro Simões e D. Catarina Máxima Mendes Simões	Maria Mariana, 5 anos
	Maria das Mercês Valadão Simões		28	-		Manuel Pancrácio Valadão e D. Maria Jacinta Pimentel Valadão	
1919	Manuel Cardoso Gaspar Barbosa	C	45	Proprietário	Terceira	Francisco Cardoso Gaspar e D. Rosa Augusta Gaspar	-
1919	Francisco Lourenço Valadão	C	65	Proprietário	Terceira	Lourenço Nunes Valadão e Maria Isabel	-
1919	João Cardoso Pimentel	C	40	Proprietário	Pico	João Cardoso Pimentel e Mª Isabel	-
	D. Margarida Perry Pimentel		26	-	Rio de Janeiro	Gilbert Perry e Elisia Hedeviges Perry	
1919	António Luís da Costa	C	30	Proprietário	Terceira	António Luís da Costa e Mª Emília de Castro	-
1919	José Martins Valadão	C	32	Proprietário	Terceira	José Martins Valadão e Delfina Rosa	-
1919	Cristina Augusta Borges	C	28	-	Rio de Janeiro	Manuel José da Cunha e Alexandrina de Jesus	Angelina, 9 anos

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1919	Francisco Mendes Duarte	C	29	-	Terceira	Manuel Mendes Duarte e Mª Vitorina	
	Rosa Cândida Duarte					Francisco Machado Nunes e Ana Cândida	
1919	José Inácio Dinis	S	20	-	Terceira	Francisco Inácio Lopes e Mª Augusta Dinis	-
1919	Francisco Machado dos Santos	C	28	Aspirante dos Correios e Telégrafos	Terceira	José Machado dos Santos e Mª da Conceição Gonçalves	-
1919	José Martins Bento	C	55	-	Terceira	Manuel Martins Bento e Mª Gertrudes	Alzira, 9 anos
	Mª dos Anjos Mendes		51			João Mendes Correia e Mª Delfina Júlia	
1919	Francisco Martins de Aguiar	C	30	Lavrador	Terceira	António Martins de Aguiar e Mª da Esperança	Cândida, 18 meses; Elvira, 22 dias
	Cândida Silveira Aguiar		22	-	Rio de Janeiro	Joaquim Silveira de Mendonça e Cândida Pacheco de Jesus	
1919	João Luís Alves	V	58	-	Terceira	Francisco Alves Martins e Miquelina Constância	-
1919	Maurício Borges Pires	C	30	Trabalhador	Terceira	João Borges Pires e Mª José Borges	Didier, 1 ano
	Mª José Ferreira Borges		23	-		António Ferreira de Meço e Mª José	
1919	Armando Borges Pires	C	23	Proprietário	Terceira	João Borges Pires e Mª José Borges	-
	Alzira Borges Pires		17	-	Rio de Janeiro	José Machado Dutra e Mª de Jesus	
1919	João Vitorino Melo	S	23	Trabalhador	Terceira	João Vitorino de Melo e Mª Cândida Borges	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1919	José Francisco Lourenço	S	23	-	Flores	José Francisco Lourenço e Mª da Trindade Vieira	-
1919	Elvira Augusta	S	46	-	Terceira	José Vieira e Maria Augusta	-
1920	Tomás da Rocha	S	27	Trabalhador	Terceira	Manuel da Rocha de Sousa e Josefa Madalena	-
1920	Francisco Machado da Costa Cota	S	19	Empregado no comércio	Terceira	Francisco Machado Cota e Gertrudes Leonor da Costa	-
1920	João da Rocha Jaques	C	34	Trabalhador	Terceira	Manuel da Rocha de Sousa e Josefina Madalena	-
	Jovita Quental Rocha		28	-	S. Miguel	João de Medeiros Quental e Mª da Conceição	
1920	Fernando de Miranda	S	20	Trabalhador	Terceira	António Fernandes de Miranda e Mª de Jesus	-
1920	Francisco Luís da Costa	S	28	Proprietário	Terceira	António Luís da Costa e Mª Emília	-
1920	António da Rocha Melo Alves	S	14	-	Terceira	José da Rocha Melo e Mª Paulina Rocha	-
1920	Mª Augusta de Sousa Esteves	C	28	-	Terceira	José Borges de Barcelos e Mª Augusta	-
1920	Cristina Augusta de Sousa	V	36	-	Terceira	Francisco Vieira e Cândida Rosa	Joaquim, 16 anos
1920	Abel de Oliveira Ramos	S	14	Estudante	Terceira	Manuel Machado Ramos e Mª de Oliveira Ramos	-
1920	Armando Avelar Borges de Ávila	S	19	Estudante	Terceira	Emílio Borges de Ávila e Elvira Avelar	-
1920	Mateus Cardoso de Sequeira	C	32	Proprietário	Terceira	António Cardoso de Sequeira e Mª da Luz	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1920	Antero Ferreira da Ascensão	S	15	Trabalhador	Terceira	João Ferreira da Ascensão e Emília Cândida da Silva	-
1920	José Veríssimo da Rocha	C	64	Proprietário	Terceira	Veríssimo da Rocha e Joaquina Cândida	-
1920	João de Oliveira	S	25	Trabalhador	Terceira	João de Oliveira e Mª Vitorina	-
1920	Mª Inácia Pereira	S	29	-	Terceira	José Pereira Martins e Mª Inácia	Alexandrina, 6 anos
1920	João Coelho de Matos	S	29	Trabalhador	Terceira	Ana Madalena	-
1920	Manuel Machado de Sousa	C	55	Trabalhador	Terceira	Mateus Machado de Sousa e Helena Rosa da Conceição	Mateus, 20 anos; Manuel, 18; Amélia, 15; Adelaide, 12
	Mª Cândida de Sousa		50	-		Manuel Machado Fagundes e Mª Rosa	
1920	Franc. Machado Dutra	C	30	Trabalhador	Terceira	Franc. Machado Dutra e Mª das Dores	Adelaide, 4 anos; Francisco, 2; Sebastião, 2 meses
	Mª da Conceição Dutra		26	-		Francisco Machado Lourenço e Rosa Cândida Brasil	
1920	Manuel Ferreira Paim	V	58	Proprietário	Terceira	João Ferreira e Genuína Laureana	Genuína, 22 anos; Florinda, 17; Mª Nazaré, 15
1920	Mateus Vieira	C	27	Trabalhador	Terceira	Mateus Vieira da Costa e Mª Cândida da Ascensão	Mª das Mercês, 17 meses; João, 2 meses
	Angelina Ávila Paim		24	-		Manuel Ferreira Paim e Mª José Borges	
1920	Franc. Coelho de Ornelas	C	70	Proprietário	Terceira	Manuel Coelho de Ornelas e Rosa de Jesus	-
	Mª Rosa Martins de Ornelas		69	-		Manuel Martins Coelho e Isabel de Jesus	

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturalidade	Filiação	Filhos
1920	Rosa Artur de Freitas	S	22	-	Terceira	Artur de Freitas e Maria Carlota	-
1920	José Martins Pereira	C	54	Trabalhador	Terceira	Manuel Martins Pereira e Maria Luís	-
1920	Francisco de Sousa Freitas	C	39	Proprietário	Terceira	José de Sousa Freitas e Carlota Emília	-
	Mª das Mercês Meneses		36	-		Manuel Borges de Meneses e Mª da Glória	
1920	Francisco de Sousa de Oliveira	S	21	Proprietário	Terceira	Franc. Soares de Oliveira e Mª José de Oliveira	-
1920	Elias Goulart Madruga	S	23	Agricultor	Pico	Manuel Vieira Goulart Madruga e Mª da Conceição	-
1920	António Lourenço da Costa Ribeiro	S	32	Trabalhador	Terceira	José Lourenço da Costa Ribeiro e Mª de Jesus	-
1920	Joaquim Coelho da Silva	C	41	Trabalhador	Terceira	José Coelho Quitério e Mariana Rosa	Valentina, 11 anos; Guilhermina, 4; Francisca, 2
	Valentina Augusta de Melo		36	-	Rio de Janeiro	Joaquim Caetano de Melo e Mª Rosa de Melo	
1920	Francisco Correia da Costa	C	59	Proprietário	Terceira	Manuel Correia da Costa e Gertrudes Cândida	-
1920	José Martins de Aguiar	C	26	Trabalhador	Terceira	António Martins de Aguiar e Mª Eugénia Garcia	-
1920	Francisco Martins Lourenço	S	21	Trabalhador	Terceira	Manuel Martins Coelho e Delfina de Jesus	-
1920	Francisco Caetano Martins	S	19	Estudante	Terceira	Joaquim Caetano Martins e Adelaide Augusta Linhares Martins	-
1920	José Machado da Costa	C	24	Trabalhador	Terceira	José Machado da Costa e Mª Josefa	-

(Continuação do quadro n.º 11)

Anos	Indivíduos	Est. Civ.	Idade	Profissão	Naturali-dade	Filiação	Filhos
1920	Manuel Machado da Costa	C	19	Trabalhador	Terceira	José Machado da Costa e Mª Josefa	-
1920	José Pereira da Rosa	S	22	-	Terceira	José Pereira da Rosa e Gertrudes do Carmo	-

Nota: Com excepção de três emigrantes (dois para Santos e um para a Baía), todos eles, sempre que especificam o porto de destino, dirigem-se para o Rio de Janeiro.

Fontes e Bibliografia

Bibliografia

CORDEIRO, Carlos; SILVA, Susana Serpa, 2010 – "Perspectivas sobre a emigração açoriana no século XIX", in *Actas da Conferência Internacional Aproximando Mundos. Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

JOÃO, Maria Isabel, 1991 – *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Cosmos.

MADEIRA, Artur Boavida, 1999 – *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimónia.

MADEIRA, Artur Boavida, 2004 – "A emigração a partir da ilha Terceira nos finais do século XIX", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo*. Horta: Núcleo Cultural da Horta.

MENDONÇA, Luís; ÁVILA, José, 2002 – *Emigração Açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Lisboa, s/ed.

MIRANDA, Sacuntala de, 1999 – *A Emigração Portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Edições Salamandra.

RILEY, Carlos Guilherme, 2003 – "A emigração açoriana para o Brasil no século XIX. Braçais e intelectuais". *Arquipélago-História*, 2.ª série, vol. VII. Açores: Universidade dos Açores.

SILVA, Susana Serpa, 2009 – "Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)", in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia de Lima, MATOS, Izilda (org.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.

SILVA, Susana Serpa, 2010 – "A Emigração no Distrito da Horta (Açores) por meados do século XIX", in SOUSA, Fernando de; SARGES, Maria de Nazaré; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (coords.) – *Entre Mares. O Brasil dos portugueses*. Belém/PA: Ed.Paka-Tatu.